



Prefeitura Municipal de Pacatuba - CE
Pedagogo (Anos Iniciais)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.....	1
Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	9
Estrutura textual: progressão temática.....	26
Parágrafo.....	26
Frase, oração, período, enunciado.....	27
Pontuação	32
Coesão e coerência.....	37
Variedade linguística	39
Formalidade e informalidade, formas de tratamento. Propriedade lexical, adequação comunicativa.....	40
Norma culta: ortografia	46
Acentuação.....	50
Emprego do sinal indicativo de crase.....	52
Pontuação	53
Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	54
Classes de palavras	55
Regência	66
Concordância nominal e verbal	69
Flexão verbal e nominal	71
Sintaxe de colocação	82
Produção textual.....	84
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	86
cargo de tempos e modos dos verbos em português	87
Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.....	87
Morfologia: reconhecimento, cargo e sentido das classes gramaticais	89
Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação	89
Transitividade e regência de nomes e verbos.....	90

SUMÁRIO



Padrões gerais de colocação pronominal no português	90
Estilística: figuras de linguagem	90
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	95
Norma culta	100
Questões	100
Gabarito	119

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	1
arquitetura de computadores. Dispositivos de Entrada e Saída: conceitos, tipos, funcionamento, instalação	1
sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11). Ambientes Corporativos: serviços de rede, autenticação e autorização, domínio, compartilhamento de pastas e recursos	7
Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	23
Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace)	24
Rede de Computadores	82
fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome)	93
grupos de discussão	101
redes sociais	104
Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (Email do Windows, Mozilla Thunderbird e similares)	108
Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord, etc.)	116
Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.)	117
Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.)	121
Importação e Exportação de Dados: tipos de documentos e formatos, conversões, importação e exportação	128
Algoritmos e Programação de Computadores: fundamentos, construção e análise de algoritmos, pseudocódigos, fluxogramas, programação estruturada (Python, JavaScript, etc.)	129
Questões	136
Gabarito	145

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A Administração Pública: princípios da Administração Pública	1
Poderes administrativos	7
Atos administrativos	17
Licitações e contratos administrativos.....	39
Serviços públicos.....	119
Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e orga- nizacional; Cargo, emprego e função pública	137
Órgãos públicos.....	220
Improbidade administrativa	229
Processo administrativo	256
Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º	274
dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º	275
dos Direitos Sociais – arts. 6º ao 11º.....	282
da Nacionalidade – arts. 12º e 13º	285
dos Direitos Políticos – arts. 14º ao 16º	288
da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º; dos Municípios – arts. 29º ao 31º	291
da Administração Pública – arts. 37º ao 41º	297
Questões	307
Gabarito.....	313

MATEMÁTICA

Raciocínio Lógico	1
Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações	6
Razão e Proporção.....	13
Geometria Plana e Espacial	16
Regra de três simples e composta	45
Porcentagem e Juros Simples.....	47
Sistemas Lineares.....	51
Progressão Aritmética e Geométrica.....	55
Análise Combinatória e Probabilidade	59
Estatística: média, moda e mediana	65



Trigonometria no Triângulo Retângulo	67
Sequência lógica	70
Álgebra básica	72
Questões	83
Gabarito	93

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

História de Pacatuba	1
Aspectos geográficos e Municípios circunvizinhos	9
Emancipação e Fundação da Cidade	17
Promulgação da Lei Orgânica da Cidade	25
Administração Municipal	32
Datas Significativas e Comemorativas do Município	42
Fatores Econômicos da Cidade	52
Demais aspectos gerais a respeito do Município de Pacatuba	61

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos da educação: filosóficos, políticos, socioeconômicos e culturais	1
História da educação no Brasil: período colonial, república, império, movimentos sociais e a educação no Brasil redemocratizado	10
Estrutura do sistema organizacional brasileiro: o ensino brasileiro, organização administrativa	12
didática e funcional	13
a educação na Constituição Brasileira	19
as perspectivas da LDB nacional	24
Legislação do ensino; Leis Nº 9394/96	25
114/2005	56
8069/90	57
146/15	125
Objetivos dos diversos graus de ensino: infantil, fundamental, médio e superior	157
Planejamento educacional: conceitos e princípios, questões básicas no processo de planejamento: técnico, político e administrativo, etapas e níveis do planejamento educacional, instrumentos do planejamento educacional (plano, programa e projetos), política educacional brasileira: planos setoriais de educação, órgãos do sistema de planejamento educacional brasileiro	159
Orientação educacional: conceitos, objetivos, princípios e funções	159

SUMÁRIO

Concepção e reflexões sobre planejamento: conceitos, características e aspectos, princípios que orientam o planejamento, integração dos vários níveis em um só processo, planejamento educacional como um processo (sistêmico, dialético e participativo).....	161
Concepções e reflexões sobre o controle e avaliação do processo pedagógico: avaliação curricular, avaliação do ensino aprendizagem.....	162
Tecnologias e suas utilizações no trabalho pedagógico: televisão, vídeo, informática, cotidiano da escola.....	163
Conselho escolar, conselho de classe, projeto pedagógico.....	165
Regimento escolar.....	171
Questões	172
Gabarito.....	180

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Noções de Informática

Um sistema operacional é um software que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas de aplicação. Ele gerencia recursos como memória, processador, dispositivos de entrada e saída, entre outros.

As principais funções de um sistema operacional incluem o gerenciamento de processos, memória, dispositivos de entrada/saída e arquivos.

Organização e gerenciamento de informações

Um sistema operacional organiza e gerencia informações por meio de sistemas de arquivos. Ele controla como os dados são armazenados, acessados e manipulados no disco rígido ou em outros dispositivos de armazenamento.

O sistema operacional também fornece ferramentas para gerenciar permissões de acesso aos arquivos e pastas, garantindo a segurança dos dados.

Arquivos, pastas e programas

Os arquivos são unidades básicas de armazenamento de dados em um computador. Eles podem conter texto, imagens, vídeos, programas, entre outros tipos de informações.

As pastas são usadas para organizar e agrupar registros relacionados a um sistema de arquivos.

Os programas são conjuntos de instruções ou código executável que realizam tarefas específicas quando executados pelo sistema operacional.



Arquitetura de computadores. Dispositivos de Entrada e Saída: conceitos, tipos, funcionamento, instalação

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamadas componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>



Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none"> – É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação 	<ul style="list-style-type: none"> – É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as proposições compostas são formadas por duas proposições simples.



Conhecimentos Sobre o Município

— As Primeiras Ocupações e a Presença Indígena em Pacatuba

Pacatuba, assim como muitas outras regiões do Ceará, tem suas raízes históricas profundamente entrelaçadas com a presença dos povos indígenas, que habitaram a área muito antes da chegada dos colonizadores portugueses.

A região, rica em recursos naturais, era habitada principalmente pelos índios Potiguaras, grupo indígena predominante em boa parte do Nordeste brasileiro. A presença desses povos marcou o início da ocupação humana no território, com sua cultura, modo de vida e relação harmoniosa com a natureza desempenhando um papel crucial na ocupação inicial da região.

A Importância Geográfica da Serra da Aratanha

A Serra da Aratanha é um dos principais marcos geográficos de Pacatuba e teve grande importância para os povos indígenas da região. Para os Potiguaras e outros grupos que ali viviam, a serra servia não apenas como um abrigo natural, mas também como uma fonte de recursos essenciais para a subsistência. A densa vegetação da serra fornecia alimentos, como frutas e raízes, além de animais para caça. A água, vinda das nascentes e pequenos riachos que cortam a serra, também era fundamental para a sobrevivência desses povos.

A vida dos indígenas na região era organizada em torno de suas aldeias, que funcionavam como unidades sociais autossuficientes. Nessas aldeias, os Potiguaras praticavam atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a agricultura rudimentar, plantando principalmente mandioca, milho e batata-doce. A relação dos povos indígenas com a terra era baseada no uso sustentável dos recursos naturais, o que lhes permitia viver de forma equilibrada com o meio ambiente ao longo de muitas gerações.

Os Primeiros Contatos com os Colonizadores

Com o avanço da colonização no Ceará no final do século XVI e início do século XVII, começaram os primeiros contatos – muitas vezes conflituosos – entre os povos indígenas e os colonizadores europeus. A expansão das capitânicas hereditárias e a concessão de sesmarias para a exploração da terra intensificaram a pressão sobre as terras indígenas. A partir de então, os Potiguaras, assim como outros grupos indígenas, passaram a ser deslocados de suas terras tradicionais, principalmente para dar lugar ao estabelecimento de fazendas e vilarejos pelos colonos.

Os conflitos entre indígenas e colonizadores tornaram-se frequentes. A resistência dos Potiguaras foi significativa, uma vez que a chegada dos portugueses representava uma ameaça direta ao seu modo de vida e ao controle de suas terras. Durante décadas, os indígenas tentaram resistir à ocupação europeia, realizando ataques às fazendas e vilarejos recém-formados, utilizando o conhecimento que tinham do terreno, especialmente das áreas de mata e serra, como vantagem estratégica.

A Imposição do Sistema de Sesmarias

O sistema de sesmarias, adotado pela Coroa Portuguesa, foi um dos principais mecanismos de ocupação e apropriação de terras no Brasil colonial. No Ceará, esse sistema permitiu que grandes extensões de terra fossem concedidas a particulares, que tinham a responsabilidade de colonizá-las e torná-las produtivas. No entanto, para que essas áreas fossem ocupadas, era necessário desalojar os povos indígenas que já viviam ali, o que resultou em um processo sistemático de expulsão e, em muitos casos, extermínio das populações nativas.

Em Pacatuba, a implementação desse sistema levou ao surgimento das primeiras fazendas e aldeamentos. Muitos dos indígenas que conseguiram sobreviver à violência das batalhas e à invasão de suas terras foram integrados de maneira forçada à sociedade colonial, como mão de obra escrava ou como trabalhadores em aldeamentos administrados por missionários jesuítas.



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

— Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

1 <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>